

AMJJ e JOINT realizam segunda conferência de jornalismo judiciário

A Associação Moçambicana de Jornalismo Judiciário (AMJJ), em parceria com a JOINT, Liga das Organizações Não-Governamentais em Moçambique e outras organizações profissionais de média, realizam, nesta terça-feira, em Maputo, a segunda conferência de jornalismo judiciário, subordinada ao tema “Estado de direito, justiça e direito à informação.

Na conferência, que contará com a presença de estudantes, jornalistas, representantes das instituições da justiça, designadamente dos ministérios da Justiça, do Interior, da Procuradoria-Geral da República, dos Tribunais Supremo, Superiores de Recurso, Administrativo, da Ordem dos Advogados, das organizações da sociedade civil da área da justiça, entre outros, serão debatidos vários temas relevantes da justiça e da comunicação sociais, entre os quais “Direitos Colectivos e Difusos, Indústria Extractiva e Direito à Informação”, “A Administração Pública, a Justiça e a Imprensa na Era das TICs e do Governo Electrónico”, “O Tráfico de Seres Humanos e a Imprensa: Do Processo Legislativo à Prevenção” e “Acção Penal e Jornalismo Judiciário: Troca de Experiências”. Também serão afluídas matérias inerentes à Lei do Direito à Informação, mormente no que se refere aos limites do acesso à informação na justiça, nomeadamente o segredo de justiça. A Lei do Direito à Informação entrou em vigor a 31 de Dezembro de 2014 e o respectivo regulamento entrou em vigor em Outubro de 2015, desafiando o Estado, nas suas diferentes áreas de intervenção, incluindo a administração da justiça, a desencadear mecanismos com vista a garantir a materialização do direito dos cidadãos à informação como regra da actuação do Estado no lugar

de promover a cultura do secretismo. Em qualquer parte do mundo onde existe liberdade de imprensa, as relações entre a Justiça e a Imprensa são sempre marcadas por conflitos que não são fáceis de resolver e que nem sempre servem para os desígnios de uma sociedade mais livre, justa e plural, razão pela qual tornam-se grandes os desafios que se impõem pela frente, tanto para os jornalistas, que precisam de se especializar e profissionalizar em cobertura de assuntos de justiça, quanto para o próprio sistema de justiça, que precisa de melhorar a comunicação. A AMJJ é uma pessoa colectiva de direito privado, independente, com autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos, que congrega profissionais da Comunicação Social comprometidos com o tratamento, difusão e divulgação de informação relativa à actividade judiciária e que trabalha

com vista à promoção da cobertura jornalística especializada, profissionalizada e sistematizada de assuntos de justiça.

Jornal Diário do País/ 3-5 /Ano 09/ Edição nº2176/ 30.05.2016